



Muniz Freire, 19 de fevereiro de 2026.

De: Assessoria Jurídica

Para: Comissão de Finanças, Economia e Orçamento

Referência:

Processo nº 234/2025

Proposição: Projeto de Lei Executivo nº 41/2025

Autoria: Executivo Municipal

Ementa: ALTERA A LEI Nº 2.634/2020, QUE "APROVA BASE DE CALCULO PARA FINS DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU" E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Apreciação da Legalidade

Ação realizada: Parecer Favorável

Descrição:

Após a análise e emissão de parecer favorável da Proposição, encaminho para a CCJ para as devidas providências.

Próxima Fase: Para Emissão de Parecer

Aquiles de Azevedo

